

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Prova Discursiva P_3 – Peça de natureza técnica

Aplicação: 26/10/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Título

O(A) candidato(a) deve dar um título adequado ao relatório, de acordo com a situação descrita, o qual sintetize o objeto de análise, como, por exemplo, o seguinte: Relatório técnico de análise de proposição de contrato de parceria público-privada para a implantação, operação, manutenção e conservação de pequena central hidrelétrica com vistas a geração, distribuição e fornecimento de energia elétrica à população da zona rural do município X.

Introdução

Na introdução, espera-se que o(a) candidato(a) redija um parágrafo acerca da finalidade do trabalho, incluindo os objetivos do controle prévio realizado pela corte de contas estadual no caso específico, a exemplo do parágrafo seguinte.

O presente relatório técnico tem como finalidade analisar os documentos apresentados acerca da proposição de contrato de parceria público-privada (PPP), visando à implantação de pequena central hidrelétrica (PCH) para fornecimento de energia elétrica à população da zona rural municipal, à luz da Lei Federal n.º 11.079/2004 e do arcabouço legal vigente, consideradas as competências desta corte de contas. Em relação aos objetivos do controle prévio realizado por esta corte de contas estadual no caso concreto, há de se considerar: a prevenção de ilegalidades e irregularidades, mediante a fiscalização dos atos do governo para garantir que estejam em conformidade com a lei; o combate ao desperdício de recursos públicos, por meio da fiscalização prévia, que busca evitar gastos desnecessários e o uso inadequado do dinheiro público; e o impedimento de corrupção e desvio de finalidade, com a atuação na coibição desses atos ilícitos que prejudicam a administração pública.

Situação encontrada: informações dos itens de I a VI da situação apresentada, dispensada a descrição.

Análise

Nesta parte do relatório, espera-se que o(a) candidato(a) informe se cada um dos itens enumerados na situação apresentada constitui uma irregularidade (sim/não) e apresente a fundamentação adequada, tal como exemplificado a seguir.

Item I: sim, é uma situação de irregularidade, porque, embora o município tenha capacidade financeira de assunção da contrapartida pecuniária, de acordo com o art. 10, § 3.º, da Lei Federal n.º 11.079/2004, as concessões patrocinadas em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado for paga pela administração pública dependerão de autorização legislativa específica, conforme dispõe o § 3.º do art. 10 da citada lei, e não apenas do chefe do Poder Executivo local.

Item II: sim, é uma situação de irregularidade, porque, de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 2.º, § 4.º, inc. I, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000.

Item III: não é uma situação de irregularidade, porque, de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 2.º, § 4.º, inc. II, o período de prestação dos serviços públicos deve ser igual ou maior do que 5 anos, e, no caso concreto, é de 15 anos.

Item IV: não é uma situação de irregularidade, porque, de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 8.º, inc. II, as obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei.

Item V: sim, é uma situação de irregularidade, porque, embora possa ser prevista a arbitragem, de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 11, inc. III, o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, deve ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

Item VI: sim, é uma situação de irregularidade, porque, de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 5.º, inc. III, a repartição dos riscos entre as partes não deve ser resumida aos custos de construção do projeto; ao contrário, a repartição de riscos entre as partes deve incluir os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Recomendações

Nesta parte do relatório, espera-se que o(a) candidato(a) apresente as recomendações para as situações consideradas irregulares, a exemplo do que se segue.

Item I: de acordo com a Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 10, § 3.º, recomenda-se que haja autorização legislativa específica, ou seja, da Câmara Municipal.

Item II: de acordo com a Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 2.º, § 4.º, inc. I, recomenda-se **o não prosseguimento do processo licitatório ou** a não celebração do contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000.

Item V: de acordo com a Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 11, inc. III, recomenda-se que o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, seja realizada no Brasil e em língua portuguesa, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

Item VI: de acordo com Lei Federal n.º 11.079/2004, art. 5.º, inc. III, recomenda-se rever a repartição dos riscos entre as partes, incluindo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Título

Conceito 0 – Não apresentou título para o relatório.

Conceito 1 – Apresentou título muito genérico.

Conceito 2 – Apresentou título adequado.

Quesito 2.2 – Introdução

Conceito 0 – Não apresentou introdução ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou corretamente a finalidade do trabalho, mas não os objetivos do controle prévio ou vice-versa.

Conceito 2 – Mencionou a finalidade do trabalho e os objetivos do controle prévio, de forma insuficiente/incompleta.

Conceito 3 – Mencionou a finalidade do trabalho e os objetivos do controle prévio, de forma suficiente/completa.

Quesito 2.3 – Situação encontrada

Conceito 0 – Não mencionou a situação encontrada.

Conceito 1 – Mencionou a situação encontrada.

Quesito 2.4 – Análise dos itens de I a III

Conceito 0 – Não apresentou análise de nenhum dos itens ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou análise correta e completa de apenas um dos itens de I a III.

Conceito 2 – Apresentou análise correta e completa de apenas dois dos itens de I a III.

Conceito 3 – Apresentou análise correta e completa dos três itens.

Quesito 2.5 – Análise dos itens de IV a VI

Conceito 0 – Não apresentou análise de nenhum dos itens ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou análise correta e completa de apenas um dos itens de IV a VI.

Conceito 2 – Apresentou análise correta e completa de apenas dois dos itens de IV a VI.

Conceito 3 – Apresentou análise correta e completa dos três itens.

Quesito 2.6 – Recomendações

Conceito 0 – Não apresentou nenhuma recomendação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou recomendação suficiente/completa para apenas um dos itens I, II, V e VI.

Conceito 2 – Apresentou recomendação suficiente/completa para apenas dois dos itens.

Conceito 3 – Apresentou recomendação suficiente/completa para apenas três dos itens.

Conceito 4 – Apresentou recomendação suficiente/completa para os quatro itens.